

BRB nega interesse de patrocinar candidatos a concessão do Maracanã

Banco de Brasília declara que relação com Arena BSB é só para Brasília

Por Gabriela Gallo

Na última semana, a concessionária Arena BSB, responsável pela administração e gestão do estádio Arena BRB Mané Garrincha, confirmou ao Correio da Manhã que participará da licitação geral para a administração do Maracanã, no Rio de Janeiro, nos próximos 20 anos. Os documentos e propostas de todos os interessados na concessão do estádio serão entregues em uma sessão Pública de Recebimento, marcada para o dia 7 de dezembro às 10h. Antes da licitação geral, o Maracanã continuará sob a gestão do Flamengo e do Fluminense até o final de 2024.

No caso do Mané Garrincha, a Arena BSB tem uma parceria com o Banco de Brasília (BRB), hoje envolvido em polêmica diante de supostos prejuízos após a decisão de patrocínio ao Flamengo e a criação do cartão Nação BRBFla. O BRB tem um contrato pelo qual pagou R\$ 7,5 milhões para oficialmente o Mané Garrincha se chamasse Arena BRB e tivesse a marca do banco associado ao estádio. O contrato é chamado tecnicamente de "naming rights" (em tradução livre, direito pelo uso do nome).

O Correio da Manhã questionou o BRB se o banco, diante da parceria em Brasília, também estaria associado ao interesse da Arena BSB pelo Maracanã. Questionado pela reportagem,



Paula Reis/Flamengo

O BRB pagou R\$ 7,5 milhões para ter seu nome associado ao Mané Garrincha

o Banco de Brasília reforçou que a única relação que o banco tem com o consórcio Arena BSB é o contrato de "naming rights". O banco fechou um contrato de R\$ 7,5 milhões para o Estádio Nacional Mané Garrincha ser nomeado como "Arena BRB Mané Garrincha", até 2024. Além disso, o banco afirma que não responde pela administração e gestão do uso do estádio na capital federal.

Engajamento

A instituição financeira afirmou que a medida se trata de uma estratégia de engajamento e publicidade. Isso porque, na sua avaliação, qualquer jogo, show ou evento que for realizado terá o nome do banco divulgado sem custos adicionais para divulgação da empresa, publicidades ou propagandas. Eles citaram como exemplo o está-

dio Allianz Parque (São Paulo), antigo Arena Palmeiras ou Palestra Itália. Em 2013, a seguradora alemã Allianz fechou o contrato de naming rights e o estádio do Palmeiras passou a se associar à marca dessa empresa privada.

Com isso, o banco alega que o contrato com a Arena BSB foi vantajoso para ajudar a crescer e aumentar o número de contas abertas no banco pú-

blico. De acordo com o último balanço do BRB, a instituição fechou o mês de setembro com 7,3 milhões de clientes. Segundo a instituição financeira, o banco está presente em 93% do território nacional. O Correio da Manhã, porém, pediu a íntegra do contrato de naming rights com a Arena BSB. Porém, até o fechamento desta edição, o contrato não havia sido enviado.

BRB Fla

Porém, umas das informações chama a atenção. Dos 7,3 milhões de clientes, "3,5 milhões são do Nação BRB FLA, plataforma digital lançada em parceria comercial e estratégica com o Clube de Regatas Flamengo". O BRB é patrocinador do Flamengo e, no início do mês, se envolveu em uma polêmica envolvendo os clientes do cartão de crédito Nação BRB Fla.

A polêmica começou após o Banco Central considerar a receita lançada pelo BRB como irregular, com um registro contábil de diversas ações do banco inconsistente. Após a instituição determinar que o BRB refizesse os balanços de 2022 e de 2023, foi registrado um prejuízo de R\$ 455 milhões em decorrência do cartão de crédito virtual para torcedores do Flamengo, time patrocinado pelo Banco de Brasília. O prejuízo acontece em razão da alta taxa de inadimplência dos cartões, ou seja, clientes que não pagaram suas dívidas.

O prejuízo causa preocupação, já que o BRB é um banco público de economia mista. Em outras palavras, ele é controlado pelo Governo do Distrito Federal (GDF), mas é organizado sob a forma de banco múltiplo. Portanto, já que a instituição financeira trabalha com recurso de terceiros, ele tem que usar recursos do GDF para resolver o problema.

Apátrida por 30 anos, Maha Mamo conta os dramas da pátria (amada) nova

Por Gabriela Gallo

Pela primeira vez, a ex-apátrida e hoje brasileira Maha Mamo fez o lançamento físico do seu livro: "Maha Mamo: A luta de uma apátrida pelo direito de existir", da editora Globo Livros, em parceria com o jornalista Darcio Oliveira. O lançamento aconteceu durante o evento "Semana de Inovação 2023" na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília, na última semana. No dia do lançamento, onde a reportagem esteve presente, ela deu mais detalhes sobre sua história de 30 anos de luta para ela e seus dois irmãos terem uma nacionalidade.

A história de Maha Mamo é tão extensa e completa que vai se transformar em um filme. A previsão é que o longa-metragem saia no 2º semestre de 2024, dirigido por Bruno Barreto, autor, entre outros, de "Dona Flor e seus Dois Maridos".

Apátrida

Maha Mamo nasceu e cresceu grande parte da sua vida em Beirute, capital do Líbano. Os pais dela, George e Kifah, são sírios. Como ele é cristão e ela muçulmana, tal casamento interreligioso era proibido na Síria. O casal fugiu da Síria para o Líbano para conseguir se casar. Lá, eles tiveram três

filhos: Souad, Eddy e Maha.

Porém, ao contrário do Brasil, aonde a nacionalidade vem do local de nascimento, no Líbano a nacionalidade é concedida pelo sangue. Portanto, Maha e seus irmãos cresceram como apátridas, ou seja, pessoas que não têm nenhuma nacionalidade. Sem documentos com seus nomes registrados, não tinham direitos básicos de cidadãos, como ir a hospitais públicos ou escolas, vivendo nas sombras.

A primeira escola que aceitou os três irmãos quando eles eram crianças foi uma escola armênia. "Dentro da escola, você é uma criança e usa o mesmo uniforme que os outros alunos, então não dá para perceber as diferenças. Então eu não sabia se eu tinha documento ou não, se eu era síria, libanesa, ou o que fosse. Eu só achava que eu era diferente dos outros porque na minha casa a gente não falava em armênio", relatou Maha.

Mas à medida que ela ia crescendo, começou a sentir na pele os impactos de não ter documentos. Ela descobriu pela primeira vez os problemas da falta de documentação (e de identidade) aos 15 anos, porque não conseguiu viajar com a equipe de basquete da qual fazia parte. Depois, o mesmo se repetiu quando ela era escoteira. Mas a situação era muito além de simples-

mente não conseguir viajar ou sair de seu país natal. Ela conta que até para ir ao hospital era uma luta.

"Com o tempo, eu comecei a ser consciente dos outros problemas que eu tinha. Eu tenho uma alergia que no Líbano me atacou várias vezes. Quando [ela] me ataca, eu começo a me coçar, começo a inchar e tenho que correr para o hospital. A primeira vez que eu cheguei [no hospital], estava desmaiada e precisava de atendimento muito rápido. E eles [hospital do Líbano] não queriam me atender. A minha melhor amiga pegou os documentos dela e os apresentou para que eu pudesse ser atendida".

Ela tentou contato com diversos países do mundo para tentar conseguir uma nacionalidade e foi rejeitada por todos, já que sempre faltava um documento (um visto, um passaporte, uma identidade), que a impedia. O único país que a aceitou foi o Brasil.

Impacto

Em 2014, o Brasil implementou um visto humanitário especial para sírios, em decorrência da Guerra na Síria. E essa foi a brecha necessária para os três irmãos conseguirem pegar os documentos e irem para o Brasil. "O Brasil foi o primeiro país que me deu um documento de viagem. Foi o primeiro país que me reco-



Acnur

30 anos sem pátria. Maha tornou-se brasileira

nheceu como ser humano", destacou.

Em setembro de 2014, os três irmãos estavam reunidos em Belo Horizonte, Minas Gerais. Em maio de 2016, ela e a irmã ganharam um título: refugiadas. Mas, apesar da conquista, 2016 foi um ano trágico e marcante para toda a família. Pouco antes de serem reconhecidos como refugiados, o irmão de Maha, Eddy, morreu durante uma tentativa de assalto. O impacto da morte do irmão levou à separação dos pais.

O sonho de Eddy era voltar para sua casa, no Líbano. Então, a família tentou levá-lo para que fosse enterrado na terra natal. Na época, o governo do Líbano apresentou resistência e o então embaixador do Líbano do Brasil queria vetá-la. Mas após muita luta e tentativa, ela conseguiu resolver a questão, e Eddy foi en-

terrado no Líbano. "Naquele momento, eu percebi que eu tinha o apoio do Itamaraty, do Ministério da Justiça e das pessoas que eu conhecia no Brasil", ela relembrou.

Em 2017, foi sancionada a Lei da Migração nº 13.445. E nessa lei, com a contribuição de Maha, a Constituição brasileira passou a reconhecer os apátridas. Em julho de 2018, Maha e sua irmã foram reconhecidas como apátridas e, finalmente, em 4 de outubro de 2018, elas viraram cidadãs brasileiras.

Pertencimento

Maha conta que o sentimento dela de pertencimento no Brasil começou muito antes de conseguir ganhar sua nacionalidade. Uma amizade em Belo Horizonte foi o caminho para fazer crescer o sentimento pelo Brasil. Essa amiga mineira foi muito importante

para a vida de Maha. "Desde que a gente se conheceu, ela não olhou pra mim como uma 'coitada refugiada', ela olhou pra mim como um ser humano", relembrou Maha.

"Ela começou a me ensinar português num guardanapo. Ela me chamava para sair com os amigos dela, e eu comecei a sentir esse acolhimento. Depois de sete meses morando no Brasil, a minha melhor amiga veio me visitar no Brasil. E quando ela veio, nós fomos para o Rio de Janeiro só nós duas e eu comecei a me virar. Quando eu comecei a me virar com o meu português, comprando as coisas, pedindo comida em restaurante, isso foi muito legal. O pertencimento começou quando eu comecei a falar português. Não foi quando eu ganhei a nacionalidade [brasileira], foi bem antes", contou a agora brasileira.